

A CNIPE alertou por diversas vezes, incluindo na própria consulta pública os graves problemas que o diploma que revogou o 3/2008 iria causar às famílias, às escolas mas sobretudo às crianças com deficiência e NEE.

É incompreensível que um Governo que fez da inclusão uma bandeira tenha aprovado um diploma legal que atira milhares de crianças para a exclusão. Com o início do ano lectivo percebeu-se a realidade brutal e o impacto catastrófico que está a ter a implementação do decreto lei 54/2018. A notícia do Público do dia 29/09/2018 levantou o véu da realidade destas crianças, destas famílias nas escolas, rapidamente nas redes sociais se propagaram casos e exemplos de tudo o que não poderia ter acontecido.

À CNIPE tem chegado imensas denúncias: As crianças com deficiência e NEE perderam apoios educativos, apoios sociais, apoios terapêuticos dos CRI, apoios terapêuticos comparticipados pela segurança social, há crianças sem escola devido a este novo diploma, há crianças em sofrimento nas escolas e em casa, pais a sofrerem, professores preocupados com os alunos, terapeutas que afirmam que não se formaram para capacitar professores mas sim apoiar crianças, médicos indignados com o que estão a fazer às suas crianças. Relatos de pais pressionados para tirarem os seus filhos da escola pública e serem encaminhados para instituições em idades precoces, e ainda relatos de alegadas perseguições, insultos a pais, tratamento desumano para com aqueles que só querem ajudar os seus filhos. São direitos humanos que estão a ser violados, é a vida destas crianças que está a ser destruída, são famílias angustiadas sem saber que apoios vão ter os seus filhos e educandos.

Enquanto isto acontece um pouco por todo o país, 3 Secretários de Estado dos 3 Ministérios, face às sucessivas denúncias, tem escondido a realidade, afirmando que os problemas graves que tem acontecido são casos particulares ou apenas casos novos como afirmaram na notícia do Público, e no Expresso. É falso, é mentira e a CNIPE tem conhecimento de casos acompanhados pelos próprios Secretários de Estado e que contrariam estas afirmações. O Governo deve suspender imediatamente o diploma, ou os deputados pedirem a sua verificação constitucional, manter este diploma em vigor é protelar o sofrimento das crianças e famílias. A CNIPE lançou um inquérito anónimo online que pode ser preenchido no seguinte link:

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeVIDJeQI-LZOH8JO-mvHkmmUi\\_Ew0pv3UuZZU1-4BapfNIGw/viewform](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeVIDJeQI-LZOH8JO-mvHkmmUi_Ew0pv3UuZZU1-4BapfNIGw/viewform)

A CNIPE apela a que os pais, alunos, professores, técnicos apresentem reclamação no livro de reclamações da escola, da segurança social ou dos hospitais para que os Ministros tenham conhecimento real do que está acontecer, **não podem ter medo de denunciar a realidade**. Os Ministros responsáveis por estes Ministérios devem assegurar que as queixas chegam ao seu conhecimento. A responsabilidade política tem que ser assumida.

Voltamos a afirmar que defendemos uma escola pública, universal e inclusiva.

Marinha Grande, 05 de Outubro de 2018